

AFYA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA PARAÍBA

Adelia Rachel Guedes da Rocha
Sthelson Pierre de Lacerda Souza
Helder Bezerra de Queiroz Junior
Denise Mota Araripe Fernandes

As Políticas Públicas de Saúde voltadas às pessoas Trans no Brasil: Uma revisão de literatura

Public Health Policies for Trans people in Brazil: A literature review

CABEDELO- PB
2022

Adelia Rachel Guedes da Rocha
Sthelson Pierre de Lacerda Souza
Helder Bezerra de Queiroz Junior
Denise Mota Araripe Fernandes

**As Políticas Públicas de Saúde voltadas às pessoas Trans no Brasil: Uma
revisão de literatura**

Public Health Policies for Trans people in Brazil: A literature review

Trabalho Científico do Curso apresentado à Afya
Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, como
requisito parcial à graduação no curso de Medicina

CABEDELO- PB
2022

As Políticas Públicas de Saúde voltadas às pessoas Trans no Brasil: Uma revisão de literatura

Public Health Policies for Trans people in Brazil: A literature review

Adelia Rachel Guedes da Rocha¹, Sthelson Pierre de Lacerda Souza¹, Helder Bezerra de Queiroz Junior¹, Denise Mota Araripe Fernandes².

RESUMO

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Além do alto índice de mortalidade, esses grupos acumulam, dentro da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a menor expectativa de vida, os menores níveis de escolaridade, ademais há de se depreender que como direito constitucional, o acesso à saúde de modo universal deve ser efetivado, sobretudo, para tal grupo que sofre retaliações ao longo de anos. **Objetivo:** revisar publicações que investiguem acesso a saúde das pessoas transexuais e suas implicações nas respectivas necessidades e direitos de atendimento biopsicossocial no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS). **Métodos:** trata-se de uma revisão narrativa da literatura, que objetivou conhecer as políticas públicas voltadas às pessoas trans no Brasil. A busca dos artigos ocorreu nos bancos de dados na Biblioteca Virtual de Saúde, refinando pelas fontes de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe e m Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library* (SciELO) e na NCBI (*National Center for Biotechnology Information*). Dos 17 artigos encontrados, após a leitura dos resumos, 06 enquadraram-se nos critérios de inclusão e foram analisados segundo os preceitos da análise temática. **Resultados:** Os resultados reforçam a importância deste tema. Embora tenha sido encontrado um grande número de estudos sobre pessoas transgêneros nos últimos 10 anos, quando se acrescenta o termo de busca "APS", são encontrados poucos trabalhos, sugerindo a coordenadora da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e a porta de entrada do SUS precisa ser mais fortalecida para acolher melhor as pessoas trans. **Conclusão/Considerações finais:** Em suma, nota-se que a desigualdade de acesso é uma das principais questões a serem enfrentadas para que o SUS funcione de acordo com seus princípios e diretrizes. Para acessar de forma equitativa a APS e garantir o acesso dos transgêneros, é necessário ampliar o debate sobre sexualidade e diversidade de gênero em áreas ainda difíceis de falar.

Palavras-chave: Saúde Pública, Pessoas Trans, Políticas Públicas.

ABSTRACT

Brazil is the country that most kills transsexuals in the world. In addition to the high mortality rate, these groups accumulate, within the LGBT population (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals and Transgenders), the lowest life expectancy, the lowest levels of schooling, in addition to that, as a constitutional right, universal access to health must be effective, especially for such a group that suffers retaliation over the years. **Objective:** to review publications that investigate access to health for transsexuals and their implications for their respective needs and rights for biopsychosocial care in the context of Primary Health Care (PHC) in the Unified Health System. **Methods:** this is a narrative review, which aimed to know the public policies aimed at trans people in Brazil. The search for articles took place in the databases of the Virtual Health Library, refining by the data sources of Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS), *Scientific Electronic Library* (SciELO) and NCBI (*National Center for Biotechnology*).

¹ Faculdade de Ciências Médicas- FCM), Paraíba. E-mail: pires.souza.med@gmail.com

² Docente da Faculdade de Ciências Médicas- FCM, Paraíba. E-mail: denise.pereira@cienciasmedicas.com.br

Information). Of the 17 articles found, after reading the abstracts, 06 met the inclusion criteria and were analyzed according to the precepts of thematic analysis. **Results:** The results reinforce the importance of this topic. Although many studies on transgender people have been found in the last 10 years, when the search term Primary Health Care is added, few works are found, suggesting the coordinator of the Health Care Network and the gateway to of the Unified Health System needs to be strengthened to better welcome trans people. Conclusion/Final considerations: In short, it is noted that inequality of access is one of the main issues to be faced so that the Unified Health System works according to its principles and guidelines. To equitably access PHC and guarantee access for transgender people, it is necessary to broaden the debate on sexuality and gender diversity in areas that are still difficult to talk about.

Keywords: Public Health, Trans People, Public Policies.

INTRODUÇÃO

Há de se compreender, primeiramente, que a saúde é alicerçada como um direito humano fundamental não apenas em documentos internacionais, mas também na Constituição Federal do Brasil (DALLARI, 2014). Na Carta Magna, evidenciam-se importantes artigos sobre o direito social, art. 6º, que versa sobre o direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assim como o art. 7º (inciso IV) que destaca a competência comum às 3 esferas do poder, sejam elas municipais, estaduais e federais. Não obstante, a ponderação mais elucidada no âmbito da saúde como caráter universal vem no art. 196, segundo o qual “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Tal conceito de saúde que a Carta Magna dita compromete-se a garantir e não se limita, contudo, ao caráter assistencial ou à ausência de enfermidade, mas a um “estado de completo bem-estar físico, psíquico e social” (DALLARI, 2014, p. 73) que é o mesmo conceito utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Dessa forma, depreende-se que o conceito ampliado de saúde serve de crivo para que as políticas públicas sejam efetivadas, posto que não se pode ter como base projetos com enfoque apenas no âmbito curativo, mas também nos determinantes sociais que coadunam para a construção do conceito ampliado de saúde (DALLARI, 2014).

A partir desse conceito, é evidente a necessidade de cumprir as garantias constitucionais, por meio da oferta de condições a todos os cidadãos incluídos nessa ótica legal. Outrossim, é necessário a oferta de atenção especial às minorias às quais, em certa medida, estes direitos não têm sido plenamente cumpridos. Para Almeida (2018), no que

diz respeito ao acesso à saúde por pessoas trans e travestis, é necessário, antes de tudo, que tais pessoas não sejam diagnosticadas como doentes pelo simples fato de serem quem são. A despatologização da existência trans já foi superada e ratificada pela retirada por parte da OMS, em 2018, do caráter patológico e da Classificação Internacional de Doenças (CID) da transexualidade e da travestilidade. Destarte, é necessário que tal grupo seja compreendido, em suas necessidades e experiências, de forma plural, desprendidas de um olhar técnico julgador, dando espaço para um cuidado centrado na pessoa de uma perspectiva holística como descrita na Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2017).

Por definição, Políticas Públicas de Saúde são um conjunto de leis e ações que têm como foco assegurar os direitos e deveres da sociedade, dando seguimento por meio dos âmbitos sociais, culturais, éticos ou econômicos, tendo em vista a influência destes no caráter biopsicossocial da saúde do indivíduo (LEVCOVITZ et al., 2001).

Dessa maneira, revisar políticas públicas de saúde que foram publicadas em periódicos e voltadas para as pessoas transexuais e suas implicações nas respectivas necessidades e direitos de atendimento biopsicossocial no contexto do SUS perfaz uma necessidade pungente a todo profissional de saúde em vias de atuação no SUS. Diante disso, o objetivo desse trabalho é discutir sobre a garantia de acesso das pessoas trans no SUS, através do que é previsto nas políticas públicas de saúde na Atenção Primária à Saúde (APS).

MÉTODOS

Tal estudo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, uma vez que é um estudo qualitativo que permite ao leitor adquirir e/ou atualizar o conhecimento sobre as políticas públicas de saúde voltadas às pessoas Trans no Brasil. Este modelo de trabalho é uma publicação ampla, constituída basicamente de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas, além de análises dos autores (ROTHER, 2007), visto que a escassez de literatura que englobe Políticas Públicas de Saúde e População Trans se fez presente durante a busca do material de referência. Caracteriza-se como narrativa também por não oferecer respostas quantitativas para questões específicas. mesmo que propondo possíveis soluções para os problemas encontrados.

Foi realizada a revisão através da pergunta norteadora, formulada pela estratégia PICO, segundo Santos et al. (2007), trata-se de um acrônimo para Paciente, Intervenção, Comparação e “Outcomes” (desfecho). A pergunta elaborada foi: “A garantia de acesso das pessoas trans no SUS previsto nas políticas públicas de saúde está efetivado na APS?”. Foram usados os descritores “transgênero”, “travesti” ou “transexual”; “acesso” e “atenção primária”, “políticas públicas” ou “saúde” e seus equivalentes em inglês, de modo que tais publicações estudadas remontam o período de 2008 a 2021, por meio de buscas sistemáticas utilizando os bancos de dados eletrônicos: LILACS, SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Além de artigos foram consultadas monografias, dissertações e teses, bem como sites oficiais.

Assim, tais achados deveriam estar disponíveis na íntegra e de modo gratuito, e expor os artigos nas línguas inglesas, portuguesa ou espanhola. Como critério de exclusão, foram obliterados os estudos em que a abordagem de forma integrada para com a temática das políticas públicas voltadas às pessoas trans não se mostrou claras, além de artigos de opinião e carta dirigidas foram excluídas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação ao campo amostral em questão, três não tiveram a necessidade de plano amostral, já que se tratam ou de artigo de revisão ou por ser baseado em relato de experiência. Já no que diz respeito aos demais estudos explicitaram os critérios para escolha da amostra, 2 por caráter de conveniência, 1 de maneira aleatória, de forma que esse fez uma análise acerca dos possíveis vieses com relação à sua amostra. Ademais, três desses artigos tiveram por fito analisar as percepções das pessoas trans e LGBT no que concerne ao acesso e ao atendimento nos sistemas de saúde, além disso, um dos artigos defendia uma alteração na abordagem a essas pessoas na APS e os demais eram revisões da literatura com o fito de analisar as barreiras, assim como os empasses enfrentadas pelas pessoas trans no acesso aos serviços de saúde.

Os resultados confirmaram a importância deste tema. Embora tenha sido encontrado muitos estudos sobre pessoas transgêneros nos últimos 10 anos, quando se acrescenta o termo de busca “atenção primária”, são encontrados poucos trabalhos, sugerindo que o conhecimento está sendo produzido, principalmente no Brasil, onde a APS é a coordenadora da RAS e a porta de entrada do SUS. A maioria dos artigos que

tratam de pessoas trans focam na cirurgia de mudança de sexo ou suscetibilidade ao HIV (da sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) /AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*), limitando os conceitos de “acesso” e “saúde” em pessoas trans a esses aspectos, ignorando a atenção integral preconizada pelas diretrizes e políticas públicas de atendimento às pessoas transgêneros.

Parker e Aggleton (2001) apontam que os profissionais de saúde permanecem distantes dos direitos humanos e veem isso como uma capacidade do Estado, não entendendo seu papel de “representantes do Estado” no acolhimento daqueles que são discriminados e estigmatizados socialmente no SUS. Estigma-se que o sexo também pode explicar o baixo uso de APS. O medo de ser abusada e a infinidade de situações constrangedoras, ou de ter acesso negado, é a realidade que mantém essas pessoas trans afastadas dos cuidados de saúde. Infelizmente, continuam a ser tratados de forma diferente, como se fossem cidadãos com menos direitos do que outros.

Também se viu por meio da Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que tal aparato legal busca legitimar os transexuais como postulantes de direito a saúde em âmbito nacional. Dessa maneira, várias referências denotam tal política como um marco para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade, onde é afirmado que ele é um documento norteador e legitimador das necessidades de forma específicas, consoante a Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde. Ademais, sabe-se que sua construção foi alicerçada nas diretrizes de expressas no Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2013, p. 06).

Ademais, sabe-se que as Políticas Nacionais de Saúde Integral LGBT, foram formuladas pelo Ministério da Saúde tendo por foco a promoção da saúde integral para a classe LGBT. A partir das orientações da política supracitada acima, verificou-se que três conselhos federais de categoria profissionais do âmbito da saúde redigiram normativas para seus membros, a saber: o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Federal de Serviço social, e o Conselho Federal de Psicologia no que concerne aos direitos de atenção integral à saúde e ao processo transexualizador. Tendo como exemplo a Resolução 1955/2010 do Conselho Federal Medicina, a qual autoriza a cirurgia de

transgenitalismo, bem como revoga a Resolução CFM nº 1.652/02, cujo teor coaduna para o processo de caracterização patológica da transexualidade. Ademais, a Resolução 1995 contribui para a viabilidade técnica para as cirurgias de neocolpovulvoplastia e/ou neofaloplastia;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, nota-se que a desigualdade de acesso é uma das principais questões a serem enfrentadas para que o SUS funcione de acordo com seus princípios e diretrizes. Para acessar de forma equitativa a atenção primária à saúde e garantir o acesso dos transgêneros, é necessário ampliar o debate sobre sexualidade e diversidade de gênero em áreas ainda difíceis de falar. Ademais, nota-se que as políticas de saúde devem abordar as barreiras geográficas, as relações econômicas e culturais entre os serviços e as comunidades, além de garantir que as pessoas transgênero continue sendo atendidas integralmente pelos profissionais de saúde. Pontua-se que tal tema deve emergir na pós-graduação em educação em saúde e ser reforçado nas áreas de residência e especialidade, e os profissionais devem ser acolhedores e devem estar no centro da pessoa à sua frente em um evento marcado pelo estigma e pelo medo.

Dadas as lacunas identificadas e os resultados acima mostram o quão necessário é a incorporação dessa categoria à sociedade, neste estudo documental, pode ser compreendida a importância do desenvolvimento de pesquisas com delineamentos que corroborem para evidências sobre o assunto da investigação. Por isso, esperamos que a pesquisa atual venha a facilitar mais efetivamente aos estudos futuros e a criação novas políticas públicas de saúde para a comunidade LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer, com um sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. **Identidade de gênero com ênfase nas pessoas trans: particularidades e acesso à saúde, trabalho e educação**. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia. (org.). Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 159-185.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017**. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em: 29 set. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 3. ed. Brasília, Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/abril/17/AF-Carta-Usuarios-Saude-site.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 20p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf. Acesso em: 29 set. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 29 set. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. [internet]. [acesso em 2022 out 30]. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-do-ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2015. 194 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8080/90 | Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; 1990.

BRASIL. **Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para assuntos jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República; 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

LEVCOVITZ, E; LIMA, L; MACHADO, C. **Política de saúde nos anos 90: relações intergovernamentais e o papel das Normas Operacionais Básicas.** Ciênc. saúde coletiva, São Paulo, v. 6, n. 2, p.269-293, 2001.

MULLER MI, KNAUTH DR. **Desigualdades no SUS: o caso de atendimento às travestis é 'babado'!** Cad EBAPE.BR. 2008;6(2):1-14.

NEWMAN-VALENTINE D, DUMA S. **Injustice to transsexual women in a hetero-normative healthcare system.** Afr J Prim Health Care Fam Med. 2014;6(1):a574.

PARKER R, AGGLETON P, orgs. **Cidadania e Direitos, Nº 1: Estigma, Discriminação e AIDS.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA; 2001.

ROCON PC, SODRÉ F, ZAMBONI J, RODRIGUES A, ROSEIRO MCFB. **O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?** Interface (Botucatu). 2018;22(64):43-53.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Acta paulista de enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. vvi, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01321002007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13.set. 2022

WHITEHEAD J, SHAVER J, STEPHENSON R. **Outness, Stigma, and Primary Health Care Utilization among Rural LGBT Populations.** PLoS One. 2016;11(1):e0146139.